

De “Ilha da Vera Cruz” a
“Brasil” – revisitação à origem
do nome

From the Island of Vera Cruz
(True Cross) to “Brasil” – a
revisitation of the source of
the name

Onésimo Teotónio Almeida¹



Resumo: A atribuição do nome Brasil como tendo originado no pau Brasil só pode ser metade da história, não entendível quando se ignora o percurso do nome da mítica ilha Brasil. Proponho fazer uma revisitação serena do que hoje é possível conjecturar-se sobre a fixação definitiva do nome Brasil.
Palavras-chave: Brasil, ilhas míticas, pau-brasil, descobrimento, Atlântico Sul.

Abstract: The explanation that the name Brasil stems from pau-brasil cannot be understood when one ignores the story of the mythical island named Brazil. This essay is a serene revisitation of the topic outlining the historical background that may have led to the renaming of the island of Santa Cruz.
Keywords: Brazil, mythical islands, brazilwood, discovery, South Atlantic.



O nome de uma pessoa – repete-se na cultura norte-americana – é a palavra que lhe dá mais gosto ouvir, o signo mais forte da sua identidade. O mesmo se poderá dizer do nome de um país. Daí que talvez não seja descabido visitar o tema da origem do nome Brasil num volume coletivo dedicado à independência, esse decisivo passo na história da identidade brasileira.

Parecerá leviano atrevimento pensar sequer na hipótese de poder acrescentar-se o que quer que seja de novo sobre algo acerca que há muito tempo não suscita qualquer dúvida - o nome “Brasil”². Já tanto foi escrito sobre o tema que dificilmente escaparei a repetições do já conhecido. Todavia, intrigado desde há muito por esta questão, durante muitos anos fui acumulando num dossier todas as informações pertinentes com que me fui cruzando. Algumas delas são divertidas. Por exemplo, circula pela Internet a seguinte explicação para a origem do nome “Brasil”:

VOCÊS SABIAM QUE O NOME DO BRASIL FOI TIRADO DO NOME BETH ISRAEL A (casa de Israel)?

Sim é verdade...Quem descobriu o pau BRASIL foi um JUDEU ALFAIATE convertido à força pela INQUISIÇÃO CATÓLICA; quando viu os indígenas usando o pau Brasil para pintar o corpo o Alfaiate Judeu resolveu experimentar para TINGIR ROUPA; e aí o resultado foi um sucesso e o JUDEU alfaiate resolveu dar nome a arvo...re de BETH ISRAEL (casa de Israel), como poderia levantar suspeita que ele era Judeu, ele resolveu tirar as letras das frases de acordo com a tradição Judia: primeiro 4 letras: ISRA=RASI (LEMBRANDO QUE HEBREU SE ESCREVE DA DIREITA PARA ESQUERDA E SEGNIFICA OS TALIT E TZTSITE vestimenta Judaica com 4 cordões transados para as rezas, representando os 4 cantos da terra);

Depois ele substituiu o “E” por B= Beth = BRASI ; e o “L” ele deixou onde estava ficando o nome = BRASIL; Note que ele tirou o “E” para não colocar o nome do criador em vão “EL” em aramaico quer dizer =DIO (CHRISTELLO, [2020]).³

Quando um tanto timidamente propus ao Professor Francisco Contente Domingues este tópico para a minha intervenção, perguntei-lhe se ele já tinha escrito sobre esse tema. Em resposta, recebi um email nos seguintes termos:

Não, não escrevi nada. Há todavia uma coisa que me faz espécie: aparentemente a ilha fantástica Brazil aparece na cartografia apenas



após o descobrimento de 1500, quando me parece que podia não ser disparatada a ideia de que a ilha fantástica fosse a origem do baptismo do novo território. É que todos os anos lembro aos meus alunos que a procura destas ilhas fantásticas foi uma das “motivações” dos Descobrimentos: há dados objectivos como o da expedição de João Afonso do Estreito que dão conta de que às vezes saíam de propósito à procura delas. Sobre isto já terei eventualmente escrito alguma coisa - recordo bem - mas é esta a ideia, não a terei desenvolvido mais.

Que eu saiba, o único historiador a referir a geografia imaginária como factor importante nessas “motivações” foi Luís de Albuquerque na Introdução à História dos Descobrimentos de 1959 (DOMINGUES, 2018).

Como acima disse, vem de trás este meu interesse por esta questão. Assim, num encontro internacional sobre os Descobrimentos portugueses em Bogotá, Colômbia, perguntei ao historiador Luiz Felipe Thomaz qual a sua explicação para o nome Brasil. Generoso como é seu apanágio, resumiu o que pensa e ofereceu-se mesmo para passá-lo por escrito. Transcrevo da nota em papel que me entregou:

O nome de Brasil vem do italiano verzino, que significa o mesmo e por seu turno deriva do árabe warsi, “da côr do wars” (nome de um corante amarelado extraído de uma planta do Iémen, que é salvo erro uma espécie de *Memoxylum* (ou *Memecylon*?) tinctorium, da família das Baseláceas.

- warsi > verzino.brasil (certamente por contaminação com brasa devido à cor avermelhada)

- o nome de brasil começou por se aplicar ao pau brasil asiático, ou pau de sapão (*Caesalpinia sappan*, da família das Leguminosas), originário do Sueste asiático, que aparece nos mercados europeus a partir do século XII (como está escrito, pode ler-se XVI)

- Cristóvão Colombo encontrou, na sua 2ª viagem, pau brasil na costa ocidental da ilha Espanhola (S. Domingos) e, na 3ª viagem, no Golfo de Paria (Venezuela). Tratava-se da *Caesalpinia brasiliensis*, chamada brasilete ou brasil-açu (“brasil grande” em tupi guarani porque a árvore é alta), que dá um corante de qualidade inferior.

- Foi Americo Vespúcio quem, na sua viagem de 1501-1502 ao Brasil descobriu a existência aí de uma espécie que dá um corante



de melhor qualidade, a *Caesalpinia equinata*, um arbusto grande ou pequena árvore espinhosa, o “pau de pernambuco”, que começou imediatamente a ser comercializado e acabou por dar o nome ao país (nota manuscrita).⁴

A entrada “Brasil” no *Dicionário da História de Portugal*, coordenado por Joel Serrão não toca o problema da origem do nome (1968). Jorge Couto termina a entrada sobre “Pau-Brasil” no *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600*, dirigido por Francisco Contente Domingues, com a seguinte afirmação:

A partir de meados de Quinhentos, a primazia económica do pau-brasil foi gradualmente suplantada pela exportação de açúcar e de algodão. No início da segunda década de Quinhentos, surgiu, pela primeira vez, numa carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I e no globo de Martini (1512), o termo “Brasil” para designar a América portuguesa, tendo suplantado a denominação oficial “Terra de Santa Cruz” e as designações italianas “terra dos Papagaios” ou “de Gonçalo Coelho”. A substituição do símbolo da Paixão cristã por um “pau que tingia panos” seria duramente criticada, na segunda metade do século XVI, por João de Barros e por Pero Magalhães de Gândavo, atribuindo-a a obra do demónio (COUTO, 2016, p. 619).

Nos apontamentos que guardo num dossier sobre o nome “Brasil” encontro uma passagem cuja origem anotei como sendo de um artigo de Daniel de Sá⁵, para o Instituto Cultural de Ponta Delgada. Transcrevo-a:

A palavra *brasil* e a composta *pau-brasil* existem na Língua Portuguesa desde tempos antiquíssimos. Ao concluir a carta do achamento levada por Gaspar de Lemos a D. Manuel, Pêro Vaz de Caminha escreveu: “*deste porto seguro da vossa jlha de vera cruz oje sexta feira do primeiro dia de mayo de 1500.*” (Na carta que D. Manuel escreverá aos Reis Católicos dando-lhes a nova do achamento, o nome com que referirá o Brasil será o de *Terra de Santa Cruz*.) Embora houvesse na frota quem pensasse que haviam tocado terra firme, a ideia dominante foi a de que se tratava de uma ilha. Mestre João, o astrónomo que acompanhou a expedição para determinar a situação geográfica das terras a que aportasse, enviou também uma carta a D. Manuel, na qual disse: “*Quanto,*



Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa dos antigos e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina. Ontem quase entendemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que doutra ilha vêm aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos.” No final da carta escreveu: “*Feita em Vera Cruz no primeiro de maio de 1500.*” Portanto, e apesar da convicção de que aquela suposta ilha vinha referida em mapas antigos, não lhe foi dado nenhum dos nomes neles contidos. E se acaso o nome *Brasil*, que só surgirá uns anos mais tarde, se devesse à crença nas velhas lendas célticas, teria sido certamente o de *Ilha Brasil* o primeiro baptismo do imenso território. João de Barros, nas *Décadas* (1552), deixou dito: “*...tanto que daquela terra começou de vir o pau vermelho chamado brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo, e que perdesse o de Santa Cruz. Como que importava mais o nome de um pau que tinge panos, que daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos por que somos salvos, por o sangue de Cristo Jesus que nele foi derramado.*” E, no século seguinte, Frei Vicente do Salvador, autor da primeira História do Brasil e que possivelmente leu João de Barros, haveria de escrever: “*como o demónio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome Santa Cruz e lhe ficasse o de Brasil*” (SÁ, 2012).⁶

Segundo José Manuel Garcia, o nome Brasil aparece pela primeira vez numa carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel em 1 de Abril de 1512 (GARCIA, 2015, p. 91). Todavia, o nome brasil surge associado à terra, muito embora para se referir ao que parece ser a madeira; Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo de Situ Orbis* (1505-8?) escreve logo no capítulo 2º do Primeiro Livro:

& findo por esta costa sobredita do mesmo círculo equinocial em diante por vinte & oito graus de ladeza contra o pollo antarico hey achado nela muito e fino brazil com outras muitas couzas de que os nauios nestes Reynos vem grandemente carregados (PEREIRA, 1892, p. 49).



O termo Brasil aparece no *Roteiro* de Álvaro Velho da viagem de Vasco da Gama numa referência à terra de Conimata, que tem “mill aliffantes de guerra; nesta terra há muitas pedras çafiras e **muito brasyll**” (VELHO, 1861, p. 113). Depois, um pouco mais adiante, ele explica que o preço de um “quintal de **brasill** val dez cruzados” (VELHO, 1861, p. 115). Este pormenor não é somenos pois indicia que havia pau-brasil em mais do que um lugar. Neste caso específico, fica claro que não se trata de uma referência ao Brasil, pois tal território ainda não tinha sido “descoberto”, além de ficar claro que se menciona uma terra de elefantes, pois assim vem dito no texto. Ora, esses outros lugares onde também existia o mesmo tipo de madeira não receberam o nome de Brasil. Isso deveria constituir para nós um ponto de interrogação.

Actualmente, possuímos bastante mais informação sobre o comércio do pau-brasil a partir da terra brasileira. Pelos vistos, terá começado bem cedo. Cameron Dodge, no bem informado artigo “A forgotten century of Brazilwood: the Brazilian trade after the emergency of sugar”, publicado no *e-Journal of Portuguese History*, recua aos primeiros tempos desse comércio. Depois de referir que Amerigo Vespucci, que em 1502 viajou no navio comandado pelo capitão Gonçalo Coelho ao longo da costa do Rio Grande do Norte até ao Paraná, onde encontrou “infinitas quantidades de pau-brasil” (VESPUCCI, 2001, p. 273-283), Dodge (2018, p. 4), escreve:

O comércio do pau-brasil teve início com as primeiras viagens dos portugueses ao Brasil nos primeiros anos do século dezasseis. A armada de Pedro Cabral, a quem se deve a descoberta do Brasil pela Europa, foi a primeira a exportar pau-brasil para Portugal. A frota alcançou Porto Seguro, no futuro estado da Baía, em Abril de 1500. Após uma estadia de uma semana, a maior parte da armada continuou a rota ao largo do Cabo da Boa Esperança em direcção à Índia, o destino original da viagem; mas Cabral mandou regressar a Lisboa o capitão Gaspar de Lemos, no navio de mantimentos da frota, a fim de dar a notícia da descoberta do novo território ao rei Dom Manuel. O navio do capitão Lemos levava um carregamento de pau-brasil que tinha sido devidamente preparado por nativos do Brasil durante a breve estadia dos europeus (Guedes, 1975a: 165-172; Sousa, 1978: 56-57).

Em face das notícias da descoberta do Brasil e da chegada do primeiro carregamento de pau-brasil a Lisboa, D. Manuel enviou rapidamente uma segunda expedição com o fim de prosseguir



na exploração das novas terras a que Cabral tinha aportado. Esta expedição deu notícia de “infinitas quantidades de pau-brasil” existentes no território, e certamente trouxe novo carregamento da madeira corante para Lisboa (Guedes, 1975b: 226-239; Vespucci, 2005: 282).

Estas duas primeiras viagens tiveram como resultado revelar a quantidade de pau-brasil no Brasil bem como o potencial valor económico da colónia para a coroa portuguesa. Após o regresso da segunda expedição, em 1502, a coroa começou a atribuir os direitos de controlo das trocas comerciais com o território a comerciantes privados que se propusessem financiar o comércio do pau-brasil nos primeiros anos.

Durante algumas décadas da actividade comercial, o aval real teve a forma de contrato de monopólio outorgado a um indivíduo ou consórcio, os quais, a partir daí, passavam a ter exclusividade na importação de pau-brasil directamente do Brasil. A coroa portuguesa já há muito que tinha realizado semelhantes contratos de monopólio sobre os direitos de controlo do comércio nos territórios da África ocidental, durante o século quinze, e à medida que os portugueses iam gradualmente abrindo caminho para sul da costa atlântica de África (Sousa, 1978: 58). Os contratos do pau-brasil do século dezasseis eram simplesmente o prolongamento para o Novo Mundo das tradicionais práticas comerciais do império português.

D. Manuel outorgou o primeiro contrato a um consórcio de mercadores de Lisboa liderado por Fernão de Noronha. Para os primeiros três anos do contrato, a coroa estipulou, para Noronha e os seus parceiros, o seguinte: o envio anual de seis navios para o Brasil para comercializar o pau-brasil, a exploração de mais 300 léguas de terra ao longo da costa durante cada expedição, e a construção e manutenção de um forte. Tudo isto, incluindo a construção do forte e a manutenção da sua guarnição, deveria ser custeado pelos mercadores. Para além disso, os mercadores estavam obrigados a pagar à coroa uma parte do total dos lucros: nada no primeiro ano, um sexto no segundo, e um quarto no terceiro ano. À medida que a duração do contrato foi aumentando, também os seus objectivos se tornaram mais estritamente económicos por natureza, e mais definida também a quantidade de pau-brasil que era permitido transaccionar. A partir de 1505, os mercadores foram autorizados a importar anualmente 20.000



quintais de pau-brasil, um privilégio pelo qual tinham que pagar 4.000 ducados por ano.

De importância crucial foi a proibição, por parte da coroa, da importação de qualquer outro tipo de madeira corante proveniente da Ásia (Rondinelli, 2001: 270; Masser, 2001: 401).⁴ Basicamente, esta medida significava que o pau-brasil que Loronha e os seus associados traziam para Lisboa passava a ser a única madeira corante disponível na Europa, à excepção daquela que ia passando por outras vias através do Levante.

O consórcio de Loronha organizou expedições para o Brasil em 1502 e 1503 que obtiveram excelentes resultados no tocante às obrigações dos mercadores para com o rei e aos lucros obtidos graças aos direitos de monopólio do grupo. Da primeira expedição resultou o registo em mapa de uma enorme área de costa do Brasil, desde o Cabo de São Roque, no nordeste, até Porto Seguro. Na viagem, procederam ao carregamento de pau-brasil e de escravos indígenas que trouxeram para Lisboa.⁷

Deixemos agora esta questão do primeiro uso do termo e demos um salto no tempo. Foi durante o século XIX - quando já estava mais do que estabelecida na voz corrente essa versão de ter sido a existência abundante de pau-brasil a transformar o nome da terra descoberta a oeste no quadrante sul do hemisfério inicialmente denominada Vera Cruz - que começaram a ser descobertos mapas antigos onde se registava uma ilha a oeste da Irlanda, cujo nome recebeu diversas variantes e que, ao longo dos anos, foi mudando de lugar: Breasail, Breasil, Brazi, Brazil, Braçir, Brasil. Uma sondagem desses mapas permite-nos verificar que essa ilha, “erupção do maravilhoso celta”, segundo a *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*, de Paulo Pereira (2006) surge na cartografia náutica desde o primeiro quartel do século XIV. Embora com variações no nome, parece tratar-se da mesma ilha, se bem que nem sempre exactamente no mesmo lugar. Na verdade, uma ilha chamada Brasil aparece já, por exemplo, num mapa da Catalunha de 1325-1330, no mapa de Dulcert de 1339, no mapa dos irmãos Pizagani de 1375-1378 e no mapa do cartógrafo veneziano Andrea Bianco de 1436. Surge também no mapa do cartógrafo veneziano Zuane Pizzigano e no mapa anónimo designado por Weimar, ambos de 1424, onde por sinal surgem igualmente o arquipélago dos Açores e as ilhas Antília, Satanazes, Saya e Ymana. As mesmas ilhas aparecem, com idêntico aspecto, na carta de 1435 do genovês Battista Beccario (onde as ilhas lendárias são clara e implicitamente



identificadas com os Açores reais, através da expressão adjunta: “ilhas nova ou recentemente descobertas”), bem como nas cartas de Bartolomeu Pareto, de 1455, e Gracioso Benincasa, de 1470 e 1482.

Hoje, “O Brasil” é um sobrenome irlandês, proveniente de “Hy Bressail” ou “O Brazil” (que supostamente significa “*Ilha Afortunada*”), sendo “Brasil”, “Bracil”, “Bracir”, corruptelas do termo original. A ilha surge nos mapas juntamente com a dos Demônios⁸ e outras, como Avalon, da lenda do rei Artur, ilha de São Brandão e Gronelândia. Foi intensamente procurada, inclusive pelo “desconcertante Cristóvão Colombo”, como regista ainda a atrás referida Enciclopédia.

Aqui, desviar-nos-emos precisamente para essa questão da busca de ilhas, mencionadas em livros diversos, que os cartógrafos colocavam nos mapas não por elas terem sido já descobertas, mas porque um ou mais autores a elas tinham aludido. A princípio lançadas nos mapas um pouco ao acaso, aos poucos a cartografia, que chegava ao requinte de parar uma linha de costa precisamente onde terminava a experiência autêntica ou visualização dela pelos tripulantes de um barco, foi-se tornando mais sofisticada e, por isso, começou-se a desenhar diferentemente as ilhas que figuravam nos mapas apenas por se ouvir delas em referência livresca ou da tradição oral, distinguindo-as das que eram lá colocadas por terem sido de facto encontradas. As ilhas “míticas” adquiriram formas vagas de rectângulos ou círculos, enquanto o desenho das outras, as já achadas, procuravam reproduzir com rigor as suas linhas de costa.

Reitere-se, portanto, que muitas dessas ilhas surgiam nos mapas não por serem conhecidas, mas porque delas se ouvia falar, graças à referência em livros e/ou lendas, as mais das vezes em fontes literárias de toda a ordem, em regra sem qualquer rigor histórico. O facto, porém, é que nesse tempo não havia critérios rigorosos para se diferenciar alusões míticas das autenticadas e, por isso, com frequência as caravelas partiam para o mar à sua procura. Quando passavam sem as encontrar pelo que se supusera ser o local da sua existência, em vez de as eliminarem, os cartógrafos desviavam-na para outros pontos do mapa. Foi assim que a busca de lugares míticos acabou agindo sobre o imaginário dos navegadores que, numa atitude mental de tentativa e erro (*trial and error*) foram corrigindo os mapas existentes aos poucos libertando-os das ilhas que nunca foram encontradas e que, portanto, eram definitivamente consideradas míticas. O exemplo mais típico é o da Antília, sobre que até o grande cartógrafo Armando Cortesão escreveu um volumoso tratado em que a tomou por um lugar real, sugerindo que poderia ser o continente americano.



Como sabemos, as Antilhas acabaram recebendo esse nome *by default*, isto é, não tendo ninguém encontrado a ilha Antília em parte nenhuma, acharam que poderia ser qualquer uma daquele arquipélago a noroeste da América do Sul que ficou sendo conhecido precisamente por Antilhas. As ilhas da Macaronésia (ou Ilhas Afortunadas), designação que os gregos atribuíram a ilhas para lá do estreito de Gibraltar, devem ter recebido o seu nome de forma semelhante, com a diferença de que é bem possível que os fenícios, e mesmo os gregos tivessem conhecido pelo menos as Canárias. À medida que foram surgindo outros arquipélagos (Madeira, Açores, Cabo Verde), o nome foi colando e ainda hoje em geografia os quatro arquipélagos no seu conjunto partilham esse nome.

Sobre os gregos e as ilhas para lá de Gibraltar, James S. Romm escreve:

Na verdade, uma vez que os Pílares ou Colunas de Hércules – nome que está usualmente associado aos dois promontórios existentes à entrada do Estreito de Gibraltar – permitiam a única ligação entre o já familiar Mediterrâneo e o desconhecido Oceano, tornaram-se, por isso, num símbolo vivo da saída ou barreira entre dois mundos – o da parte de dentro e o do lado de fora. Essencialmente, permaneceram na imaginação grega como um lugar interdito [*non plus ultra*], em aviso aos navegadores para não avançarem para mais longe. É o caso de Píndaro, por exemplo, que, na exortação aos atletas vitoriosos, adopta este marco geográfico como um paradigma dos limites da audácia humana: E eis que Theron, ao atingir, nas suas façanhas, o limite máximo de todas as forças, toca as Colunas de Hércules. Homem nenhum, sábio ou insensato, poderá aproximar-se do que fica para além. Se eu o tentasse, seria um louco. (O.L. 3.43-45) (ROMM, 1992, p. 17).

John Gillis, no seu livro *Islands of the Mind*, faz a seguinte e bem perspicaz afirmação sobre ilhas:

As ilhas convocam uma gama de emoções muito mais vasta do que acontece com qualquer outra formação terrestre. Nelas, projectamos os nossos desejos mais intensos; por outro lado, elas são o lugar dos nossos maiores medos. Na ilha sentimo-nos extraordinariamente livres, mas presos também (GILLIS, 2004, p. 3).

Vale a pena citar outra passagem desse livro de Gillis:



Por altura dos séculos catorze e quinze os espaços do interior da Europa eram registados em mapas com uma precisão já bastante grande. Mas, se a geografia estava prestes a ganhar uma nova vida no continente, a geosofia teve o seu renascimento em mar aberto. Enquanto os portulanos produziam uma cada vez maior definição das zonas costeiras, o vago oceano permanecia aberto à especulação. Tudo o que se desconhecía era imaginado com sendo uma ilha; e, nos finais da Idade Média, os mappamundi, com ilustrações de uma só terra extensa e contínua, tiveram que competir com um novo tipo de cartografia exclusivamente concentrada nas ilhas ao largo da costa. Conhecidos como isolario, estes livros das ilhas foram produzidos em grande número em Veneza, ela própria uma cidade construída sobre ilhas, e sede de um império insular que se estendia por todo o Mediterrâneo (GILLIS, 2004, p. 42).

Gillis prossegue afirmando:

Os “isolários”(ou “insulários“) não se destinavam à navegação. P.D.A. Harvey descreveu-os como “misturas desordenadas de factos, ficção e fantasia, obtidas por via da observação pessoal, relatos orais, e uma variedade de fontes históricas. [...] No século quinze, as ilhas já tinham atingido um lugar especial na imaginação europeia, facto que é comprovado pela fenomenal popularidade dos “isolários” (GILLIS, 2004, p. 42).

O capítulo seguinte do livro de Gillis intitula-se “Islands as mental stepping-stones in the age of discovery” (Ilhas como imaginário caminho de pedras na era das descobertas) e abre afirmando:

Muito antes de os europeus se terem arriscado a vaguear para além da vista de terra, imaginavam um oceano por onde nunca tinham navegado, repleto de ilhas que nunca tinham visto. O movimento da mente prepara sempre o caminho para o movimento do corpo. John Allens diz-nos que “nenhum empreendimento exploratório começa sem objectivos baseados na natureza e conteúdo imaginados das terras a explorar (GILLIS, 2004, p. 45).⁹

Tudo isto não é propriamente novidade. É bem conhecido o caso prototípico



da Atlântida, o continente-ilha inventado por Platão.¹⁰ Na Idade Média, Gillis afirma ter grassado a moda da “islomania”,¹¹ tema a que dedica um capítulo inteiro. A Ilha de S. Brandão, por exemplo, exerceu sobre a Europa dessa altura um tremendo fascínio.

Um exemplo diferente, mas com uma característica semelhante, é o da suposta descoberta da Índia por Colombo. As Bahamas receberam o nome de uma terra conhecida a que Colombo julgava ter chegado – a Índia. Mesmo depois de se constatar com certeza que aquelas terras não eram a Índia, o nome foi alterado, mas ainda manteve muito do original: West Indies.

Idêntico fenómeno se deverá ter passado com o caso da ilha Brasil. Curiosamente, nem John Grillis nem James S. Romm referem essa ilha nos seus livros, muito embora Thomas Wentworth Higginson,¹² que esteve nos Açores como convidado dos Dabneys (e subiu ao Pico), tivesse já incluído no seu *Tales of the Enchanted Islands* de 1899 um pequeno capítulo sobre ela: “Kirwan’s search for Hy-Brasail”, ou “Hy-Brasile” como Higginson escreve, precedido da adversativa “ou”. Higginson conta a história da viagem que a ela supostamente terá feito o jovem Kirwan, a partir da Irlanda, pois ele ouvira o seu avô falar muito dessa ilha; aliás, todos os idosos da Irlanda afirmavam já a terem avistado. A narrativa conclui nos seguintes termos:

[...]no que respeita ao jovem Kirwan, alguns dos seus companheiros não hesitaram em expressar a opinião de que, segundo palavras dos próprios, ele fora sempre o maior mentiroso que alguma vez abriu a boca (HIGGINSON, 1899, p. 132-3).

O autor prossegue a concluir o capítulo:

Do que temos a certeza é o seguinte: a ilha do Brasil, ou Hy-Brasail, aparecia em mapas datados desde 1367 como estando localizada perto da Irlanda; cem anos mais tarde, e para a descobrir, realizaram-se muitas viagens com partida de Bristol; por volta de 1636 há referências de que era avistada a partir da costa; e, até depois de 1850, é referida como Penedo do Brasil (“Brazil Rock”) nas cartas de marear do Almirantado de Londres. Se muita gente tentou, sem resultado, encontrar tal terra, por que razão Kirwan não haveria de ter tentado e conseguido? E quanto ao facto de ele ter exagerado um pouco a sua história, acrescentando-lhe feiticeiros e castelos encantados, não houve, no mesmo período,



nenhum viajante que não tivesse sido tentado a fazer o mesmo (HIGGINSON, 1899, p. 133).

Donald S. Johnson, no seu *Phantom Islands of the Atlantic. The legends of seven lands that never were*, dedica capítulos individuais a ilhas fantásticas inseridas nos mapas do Atlântico, um deles sobre a ilha Hy-Brazil, supostamente uma “ilha da felicidade ideal”, ou “dos bem-aventurados”, sobre que autores cristãos dissertaram. Escreve Johnson:

A ilha não só tinha um grande número de nomes, como também era frequente o nome Brasil aplicar-se a várias e diferentes ilhas, muitas vezes no mesmo mapa. No mapa de Pizigani, de 1367, [...] “Brazir” é claramente aplicado a uma ilha de forma circular, situada ao largo da costa sudoeste da Irlanda, ao mesmo tempo que uma das ilhas, no grupo central dos Açores, tem o nome de “Insulla de Brazir”. No Mapa de Solerio, de 1385, aparecem dois “Brazils”: Um, para oeste da Irlanda, é a “Insula de Brazil”; o outro, nos Açores, é “Brazil”. O mapa de Benincasa, de 1470, e o de Bartolomeo Pareto, de 1455, também referem a ilha Açoriana (hoje, a Terceira) como “Isola de Brazil” e “Insulla de Brazil”(JOHNSON, 1996, p. 114-5)

Numa secção sobre “Voyages to Hy-Brazil, Johnson refere o porto de Bristol, na Inglaterra, o seu intenso tráfego com a Irlanda, Espanha e Portugal e as tentativas falhadas de viagens destinadas ao Extremo-Oriente. De seguida, acrescenta:”Hy-Brazil, se fosse encontrada, serviria de conveniente base de operações” (JOHNSON, 1996, p. 115). E adianta ainda:

É difícil acreditar que alguém pudesse ter realmente a esperança de encontrar Hy-Brazil tendo por base uma tão forte crença no mito. Apesar disso, desenvolveram-se muitos e grandes esforços com vista à descoberta desta ilha encantada. Tão forte era a convicção da sua realidade que, em 1480, um navio de “80 toneladas partiu de Bristol para, na direcção oeste da Irlanda, navegar para tão longe quanto ficava a ilha do Brazil.¹⁵ Um relato contemporâneo desta expedição, da autoria de Wilelmus Botoner (William of Worcester, 1415-84) explicava que, sob a direcção de John Jay Jr., Thomas Lyde, “o marinheiro mais experiente em toda a Inglaterra,” dispôs-se a navegar até à longínqua “*Insulam*



de Brasyllie.”¹⁴ Após terem calcorreado os mares durante nove meses, sem terem descoberto a ilha, tiveram que desistir do seu intento por causa das tempestades (JOHNSON, 1996, p. 115-6).

Johnson continua:

Apesar deste fracasso, foi organizada uma segunda expedição no ano seguinte, com dois navios, o Trinity e o George, que rumaram com o fim de “procurar e encontrar uma certa ilha de nome Ilha do Brazil.” Quando partiram, levavam, nos porões, uma grande quantidade de sal, o que é uma boa indicação de que se dirigiam para bancos de pesca. Desta expedição também nada resultou. No seguimento das explorações de 1480 e 1481, outros navegadores continuaram a procurar, mas estas viagens não foram mais proveitosas do que as anteriores (JOHNSON, 1996, p. 116).¹⁵

Para fecharmos esta parte do nosso argumento, prossigamos com mais esta passagem de Johnson:

Em 1498, Pedro de Ayala, o enviado espanhol a Londres, deu notícia do âmbito dos esforços desenvolvidos pelos mercadores de Bristol no sentido de encontrarem o Brasil e a Antília: entre dois a quatro navios foram enviados anualmente durante sete anos. Quando, em 1498, John Cabot partiu com cinco navios e trezentos homens, era evidente que fazia parte do seu plano ir à procura do Brasil a oeste da Irlanda. Se a encontrasse, a ilha poderia servir como entreposto a meio caminho do Oriente. Foi exactamente isto o que Colombo tinha pensado fazer em relação à Antília na sua rota para o Extremo Oriente (JOHNSON, 1996, p. 116).

E Johnson conclui:

As tentativas para encontrar a ilha do Brasil parecem ter terminado com as viagens de Cabbot. Apesar disso, a crença na existência da ilha manteve-se com a mesma pujança. Nos séculos que se seguiram, continuaram as notícias sobre visões da ilha encantada (JOHNSON, 1996, p. 117).¹⁶



A secção seguinte do livro de Johnson é curiosamente intitulada: “True History of the Matter of the Name”. Johnson refere que no portulano Laurentiano de 1351 a palavra *brazil* parece poder ler-se, mas não com grande nitidez. Todavia no mapa dos irmãos Pizigani de 1367 esse nome é bem legível, mas a mesma designação é atribuída a uma ilha 90 a 100 milhas náuticas a oeste da Irlanda, e ainda a uma terceira ilha a Oeste do Canal da Mancha que, mais frequentemente, recebe nos mapas o nome de Ilha de Mam. Posteriormente a ilha Terceira, nos Açores, surge também identificada como Braçir, Brazil e, no mapa Pareto, de 1455, aparece como Insula de Brazil. Johnson acrescenta que o nome “brazil” é também usado para “pau-brasil”, e as várias ilhas que nos mapas aparecem assim designadas são supostamente terras que produzem pau-brasil. Menciona depois algumas delas. A primeira conhecida surge mencionada já no ano de 982, no *Hudûd al-Âlam*¹⁷, um livro de geografia persa. Surge também em 1193, o *termograna de brasill*, num tratado comercial entre duas cidades-estado italianas. Um dos lugares mencionados por Johnson é a ilha Terceira, nos Açores, que, como já referido, surge inicialmente em mapas com o nome Brasil. Segundo Johnson, “a Terceira foi obviamente uma fonte desse precioso pau-brasil no Atlântico” (JOHNSON, 1996, p. 121). Confesso, porém, que nunca ouvi falar de semelhante produção nos Açores, a não ser que “brazil” seja, ou tenha sido, sinónimo de “pastel”, o produto açoriano usado para tingir, muito comerciável nessa altura. Todavia, nos Açores esse produto foi, tanto quanto sei, sempre identificado como “pastel” e não “brazil”. Além disso, o nome “Brasil” surge no mapa de 1385 atribuído à ilha Terceira muito antes de ela ser descoberta, o que significa estarmos perante mais um caso em que o nome de um lugar precede o seu achamento, tratando-se, portanto, inicialmente, do nome de uma ilha imaginária. Como sabemos, os portugueses chamaram primeiro a Terceira de Ilha de Jesus, mas ficou-lhe para sempre algo da designação inicial de Brasil, pois assim foi apelidado o monte que cria a baía da cidade principal, Angra do Heroísmo.

Tudo leva, pois, a crer que os navegadores terão a certa altura desistido de acreditar que era aquela a ilha Brasil, e continuaram à procura dela mais a sul. Provavelmente, não sabemos ao certo quando, acabaram também por se convencer de que a “Ilha de Santa Cruz” era afinal a tão procurada ilha do Brasil. Naturalmente que por lá terem encontrado pau-Brasil em abundância, mas, como já demonstrado, pau-brasil encontrava-se em muitos outros lugares do planeta e, no entanto, nenhum deles recebeu definitivamente o nome Brasil. O que me parece fazer sentido é que se terão conjugado dois factores: a ilha



buscada há tanto tempo, aquela que iniciara o seu percurso no imaginário europeu a oeste da Irlanda, foi viajando nesse imaginário e deslocada mais e mais para sul, para além dos Açores, acabando a sul das Antilhas, as mesmas que por sua vez tinham recebido o nome doutra ilha mítica, a nunca encontrada Antília. Já agora, deveria lembrar que a Antília fora também conhecida Sete Cidades. Daí que, quando os primeiros navegadores chegaram a S. Miguel, ao depararem com as belas lagoas das Sete Cidades (duas são as mais conhecidas, mas há várias outras) baptizaram o lugar de Sete Cidades, outro exemplo de um nome precedendo a descoberta da terra.¹⁸

A ser assim, o nome Brasil constituirá mais uma prova do poder do imaginário no empreendimento das descobertas: Macaronésia, Antilhas, Índias Ocidentais, todos são nomes que precedem descobertas reais. A força dos mitos actuou sempre intensamente, e as velhas estórias sobre a existência de lugares mágicos e de fantasmas acreditados como autênticos, nortearam os navegadores de Quatrocentos e Quinhentos, na peugada das terras que os europeus medievais haviam inventado.

Encarado isoladamente, o caso do Brasil pode não ter muita força; visto, porém, dentro de todo este contexto das ilhas imaginárias europeias, creio que passa a fazer perfeito sentido. Se fosse apenas porque ali encontraram pau brasil o nome da terra poderia ter ficado Pau-Brasil em vez de Brasil somente. Parece-me, pois, lógico o argumento de que se terão juntado dois factores: a mítica e, durante quase dois séculos, esforçadamente procurada ilha Brasil deve ter surgido aos portugueses como tornada por fim realidade ali naquela terra do sul do continente americano, possuidora de tanto pau-brasil.

Referências

ALMEIDA, Onésimo Teotónio. *O século dos prodígios. a ciência no Portugal da expansão*. Lisboa: Quetzal, 2018.

BOSWORTH, C. E. (ed.). *The regions of the world: a persian geography*. Translated by V. Minorsky. London: Luzac, 1970.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento. A expedição de Cabral e o achamento do Brasil*. Cascais: Pergaminho, 2000.

CHRISTELLO, Chris. Vocês sabiam que o nome Brasil foi tirado do nome Beth Israel A (casa de Israel)? *Blog Lusofonias*. [2020]. Disponível em: <https://blog.lusofonias.net/?p=793>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.



COUTO, Jorge. Pau-Brasil. In: DOMINGUES, Francisco (org.). *Dicionário da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo Leitores, 2016, v. 2, p. 619-620.

DODGE, Cameron J. G. A forgotten century of Brazilwood: the Brazilwood trade from the Mid-Sixteenth to the Mid-Seventeenth Century. In: *e-Journal of Portuguese History*, Porto, v. 16, n. 1, p. 1-27, June 2018.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Nome do Brasil*. Destinatário: Onesimo Almeida . 18 de setembro de 2018. 1 mensagem eletrônica.

DURREL, Lawrence. *Reflections on a Marine Venus: a companion to the landscape of Rhodes*. London: Farber & Farber, 1953.

GARCIA, José Manuel. *A descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Jornal Público, 2015. v. 8. (Série Descobrimientos).

GILLIS, John R. *Islands of the mind: how the human imagination created the Atlantic World*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

HARRISSE, Henri, *The discovery of North America: a critical, documentary, and historic investigation*. London: Henry Stevens, 1892.

HEGGENS, Richard. *Floating Islands: an activity book (draft)*. 2015. Disponível em https://books.google.pt/books?id=UfBIDwAAQBAJ&pg=PT1120&lpg=PT1120&dq=Solerio+map+1385&source=bl&ots=qXLhc4I6ZN&sig=HzogUZd2XTM-2Yg-7I7EJRM6cNs&hl=en&sa=X&ved=2ahUKEwiW24-gl8_eAhWxxoUKHc29CBkQ6AEwAXoECAMQAQ#v=onepage&q=Solerio%20map%201385&f=false, 2018. Acesso em: 03 abr. 2021.

HIGGINSON, Thomas. *Tales of the enchanted islands*. New York: The Macmillan Company, 1899.

JOHNSON, Donald S. *Phantom islands of the atlantic. the legends of seven lands that never were*. New York: Avon Books, 1996.

LOWENTHAL, David; BOWDEN, Marilyn (ed.). *Geographies of the mind: essays in historical geography*. New York: Oxford University Press, 1976. p. 43.

MCINTOSH, Gregory. *The piri reis map of 1513*. London: University of Georgia Press, 2000.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldu de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.



SÁ, Daniel de. Apontamentos manuscritos. E-mail pessoal de 27 de fevereiro de 2012.

PEREIRA, Paulo. *Enciclopédia dos lugares mágicos de Portugal*, Lisboa: Público D. L. 2006. v. 8.

ROMM, James S. *The edges of the earth in ancient thought*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1992.

SERRÃO, Joel (org.). Brasil. *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968.

VELHO, Álvaro. *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII*, 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

VESPUCCI, Amerigo. Carta de Américo Vespúcio a Lourenço dei Medici. In: AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos (org.), *Brasil 1500: quarenta documentos*. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 273-283.

Notas

¹Professor Catedrático, Department of Portuguese and Brazilian Studies, Brown University. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7662-3760>. e-mail: onesimo_almeida@brown.edu

²No final da leitura desta minha comunicação na Academia da Marinha, o estudioso e autor brasileiro José Paulo Cavalcanti entregou-me a seguinte nota:

“Brasil – Permanece amplamente aceita a tese de que o nome deriva da madeira pau-Brasil, cuja tinta é rubra – da cor da brasa. Com variáveis:

1. Seria a ilha misteriosa que fugia dos navegadores, toda a vez que era avistada. Hy-Brazil (Eduardo Bueno, 1998), p. 13.
2. Seria proveniente do celta *bress*, dando origem ao verbo inglês *to bless*, abençoar. A palavra significaria “terra abençoada” (Eduardo Bueno, 2013), p. 13. A associação com a madeira, e não com a ilha, somente prevaleceu porque seus comerciantes eram chamados *brasileiros*.
3. Do hebraico *barzel*, ou *berzel*, ferro. Pau-brasil seria sinónimo de “pau-ferro”.
4. Hebraístas acreditam que possa haver correlação entre o nome do país e as quatro esposas de Jacó, que aparecem na Bíblia com os nomes de Bila, Rachel, Zilpa e Lea. Coincidindo com o radical da palavra Brasil, B-R-Z-L. Este país teria sido então, desde tempos imemoriais, pátria para os filhos de Jacó.”

³Informação do Grupo-Sefarad, redistribuída na rede <https://blog.lusofonias.net/?p=793>

⁴Nota manuscrita entregue na Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia, Bogotá, 25 de Abril de 2013.

⁵Escritor e erudito açoriano (1944-2013) muito interessado em História.

⁶Apontamentos do meu dossier sobre esta questão. Mantive com Daniel de Sá uma longa conversa sobre esta temática. Na altura não tive o devido cuidado de registar com mais pormenor a origem deste texto pois não imaginava que o seu autor desapareceria tão



cedo do meio de nós.

⁷Tradução de José Francisco Costa. Todas as traduções dos textos originalmente em inglês aqui citados são também da sua responsabilidade.

⁸Veja-se sobre ela o meu artigo “Plutarco e as ilhas Satanazes do mapa de 1424, incluído no meu livro *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão* entre as páginas 311-320 (ALMEIDA, 2018).

⁹A citação é de John L. Allen, “Lands of Myth, Waters of Wonder: The place of Imagination in the History of Geographical Exploration,” (LOWENTHAL; BOWDEN, 1976, p. 43).

¹⁰Sobre o tema, escrevi “Gaspar Frutuoso, um espírito moderno voltado para a experiência – a sua crítica a Platão”, texto que será apresentado em maio na Academia das Ciências de Lisboa.

¹¹O termo sugeriu a meados do século passado no livro de Lawrence Durrell (1953).

¹²Americano (1823-19110, educador de Emily Dickinson, passou uma temporada nos Açores a convite da família Dabney.

¹³Harris (1892, p. 659).

¹⁴Johnson (1996).

¹⁵Para uma lista exaustiva, veja Heggen (2018).

¹⁶Johnson (1996) refere, além da ilha Brasil, outras ilhas encantadas que apareciam de sete em sete anos. Lembro-me de, em criança, ouvir a minha avó materna dizer, convicta, que da sua casa nas Calhetas, em S. Miguel, voltada para o mar do Norte, de sete em sete anos aparecia uma ilha encantada para os lados da ponta da Serra de Água de Pau, a norte da Ribeira Grande.

¹⁷Traduzido como *The regions of the world: a persian geography*. Bosworth (1970).

¹⁸Sobre a Antília, vale a pena ler-se Gregory McIntosh (2000).